Assembleia Municipal de Mêda

Mandato 2013/2017

Ata número treze

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mêda, realizada no dia vinte e nove de fevereiro de dois mil e dezasseis

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, e em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quarto e trigésimo terceiro do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Mêda, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito no Largo do Município, em Sessão Ordinária, sob a presidência em exercício do Senhor João Paulo Cardoso da Graça Amaral Gouveia, coadjuvado pela Senhora Celina Marisa Sôto Cardoso e pelo Senhor António Óscar Dias Amaral Sampaio, respetivamente Primeiro Secretário em exercício e Segundo Secretário.----------

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais:- António José Borges Prata, Cláudio Jorge Heitor Rebelo, Pedro Miguel Soeiro Lourenço, Filipe Manuel Avelino Rebelo, João António Pêgo Zeferino, Maria de Lourdes Vieira Lobão Lourenço, Marcelino António Rosa Piçarra, Hermínio José Costa Albino, Luís Manuel Ramos Saraiva, Maria Lucinda Bebras Mano Saldanha, João Maria Diogo Sequeira, Luís Miguel Pires Marinho, Carlos Manuel Marques Videira, Vítor Manuel Almeida Gomes, Mauro dos Santos Amado Frade, Olímpio Filipe Martins Pedro, Joaquim António Rebelo Santos, Armando António Amado Pereira Caramelo e Vítor Salvador Soares Lemos.----------

Faltaram à Sessão os seguintes Deputados Municipais:----------

Luís Manuel Simão Almeida (PS);----------

Fernando Manuel Sérgio de Jesus (CDS/PP);----------

Artur Paulo Ricardo Primo (CDS/PP);----------

Jorge Miguel Graça Lourenço (APC);----------

A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente, pelo Senhor Vice-Presidente e pelo Senhor Vereador Paulo Jorge de Lemos Amaral. ----------

Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: António César Valente Figueiredo e António Manuel Saraiva Lopes.----------

Às nove horas e quarenta e nove minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente em exercício** declarou aberta a Sessão. ----------

----------**PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** ----------

O Senhor Presidente em exercício colocou à disposição do público este período a ele destinado, tendo constado não haver nenhuma inscrição.----------

----------**APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DOZE**----------

O Senhor Presidente em exercício pôs à discussão a ata da sessão anterior com dispensa da sua leitura, em virtude de ter sido previamente distribuído o texto a todos os Deputados.----------

De seguida **o Senhor Presidente em exercício** submeteu à votação a ata número doze, tendo a Assembleia deliberado **aprová-la por unanimidade** com votos a favor de PS; PSD; CDS/PP; PPM; quatro (4) Deputados Municipais IND; ----------

Não participou na votação a Senhora Deputada Municipal Celina Marisa Sôto Cardoso (CDS/PP), por não ter estado presente na sessão anterior.----------

----------**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**----------

O Senhor Presidente em exercício informou que iriam passar às intervenções dos Senhores Deputados.----------

O Senhor Deputado Municipal António Prata (PS), no uso da palavra, cumprimentou os presentes, propôs que a Assembleia Municipal de Mêda fizesse chegar à família do funcionário Inocêncio Tomé Martins um voto de pesar pelo seu falecimento.----------

O Senhor Presidente em exercício submeteu à votação a Proposta do Senhor Deputado António Prata, tendo a Assembleia deliberado aprová-la por **unanimidade.**----------

O Senhor Deputado Municipal Hermínio Albino (CDS/PP) iniciou a sua intervenção dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, indagou onde é que estão as empresas e os empregos para os jovens que foram prometidos e que têm sido muitas vezes bandeiras de campanhas e de atratividade para o Concelho.----------

Lembrou que o humorista Salvador Martinha criticou a Mêda na RFM, o qual, passava a citar *"que é uma pasmaceira. Não se vê ninguém nas ruas. Não há abastecimento de combustível a partir de certas horas e para ver jovens têm que se deslocar a terras aqui perto"*. Proclamou que é uma situação grave, a qual entende ser um indicador de como vai a Mêda, o que na sua opinião deve ser um motivo de preocupação para o Senhor Presidente da Câmara.----------

Disse que a oposição está muito preocupada com aquela situação e que tudo farão para que no próximo mandato, dado que vão ter poder, seja corrigido aquele lapso, para que a Mêda e os Medenses não sejam gozados por um humorista.----------

Perguntou quais foram os resultados da reunião que o Senhor Presidente teve com a Senhora Ministra da Justiça. Disse ter tido o cuidado de ler a informação vertida na ata da reunião do Executivo de vinte e sete de janeiro e sobre aquela matéria não viu nada de novo, dado que o seu colega de bancada, o Senhor Deputado Municipal Luís Saraiva, já tinha dado essa mesma informação na última sessão da Assembleia Municipal de Mêda. Intuiu que o Senhor Presidente teria outras informações, pedindo que informasse aquele areópago.----------

Recordou que o Senhor Presidente prometeu que quando o seu partido, o PS, estivesse no poder, a reabertura do tribunal seria uma realidade, pelo que irão aguardar para ver como é que está essa realidade.----------

Um outro ponto sobre o qual queria falar era sobre as entradas na cidade, as quais na opinião do CDS/PP, estão transformadas em lixeiras a céu aberto. A entrada de Marialva tem a ETAR; a entrada de Trancoso tem o centro de tratamento e separação de lixos e na entrada de Penedono os terrenos destinados à Zona de Acolhimento Empresarial estão a ser transformados numa lixeira.----------

Também a estrada Fontelonga-Cornalheira está a ser alvo de vazamento de entulho nas

bermas, tal como a estrada Mêda-Nacional 102. Pediu que fosse feito algo.----------
Abordou um outro assunto, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se tem conhecimento da saída de cadastros de vinhas do Concelho, especialmente da Região Demarcada do Douro.----------
Partilhou que os Senhores Vereadores do CDS/PP já por várias vezes alertaram para a criação de uma Bolsa de Cadastros, explicando que seria uma bolsa de interesse municipal, inclusive para apoiar os empresários da terra; reiterou que a Bolsa de Cadastros é de uma relevância fundamental, até porque é ela a verdadeira área de acolhimento empresarial, é autóctone, é própria, acusando o Senhor Presidente da Câmara de estar a deixá-la fugir para Concelhos que nem sequer são limítrofes.----------
Prosseguiu, questionando se já decidiram alguma coisa sobre a Apromêda. Sublinhou ser um dos poucos setores que ainda dá boas notícias da Mêda e dinamiza a economia local, indagando se o Senhor Presidente está também a deixar este assunto para os "finalmentes", ou seja, para o próximo ano, para que possa ser usado como bandeira de campanha eleitoral.----------
Enfatizou que o Senhor Presidente já teve mais que tempo suficiente para dar resposta aos ofícios que lhe foram enviados. Pediu que lhes seja dada uma resposta.----------
Teve conhecimento que o Sporting Clube de Mêda desistiu do campeonato nacional de juvenis. Transmitiu que não entende o porquê da desistência, até porque em consequência da subida ao campeonato nacional foram reforçadas as verbas. Perguntou se o Senhor Presidente vai continuar a apoiar com o mesmo valor, interrogando o que é que passou.----------
Disse ter tido conhecimento que também a Casa do Futebol Clube do Porto, desistiu do campeonato de futsal. Expôs que também ela teve um reforço de verbas, no valor de quinze mil euros. Indagou se apesar da desistência vão continuar a ser transferidas as mesmas verbas.----------
O Senhor Deputado Municipal Luís Saraiva (CDS/PP), no uso da palavra, questionou se o Executivo Camarário tem alguma ideia formada sobre a descentralização político-administrativa e, se a tem, qual é.----------
O Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo (PSD), no uso da palavra, cumprimentou os presentes. Lembrou que para o ano é ano de eleições, pedindo que não se repita o que aconteceu há três anos atrás. Explicou que aquando das campanhas eleitorais alguns partidos políticos "assassinaram" as nossas rotundas com *outdoor* e outras publicidades. A bancada do PSD sugeriu que seja feito um regulamento que proíba a colocação de *outdoor* dentro das rotundas ou dos espaços verdes.----------
Contou que ao longo das suas voltas pelo Concelho reparou que muitos dos contentores do lixo, devido à chuva e ao vento, encontram-se caídos no chão. Intuiu que é do conhecimento de todos que muitos daqueles contentores têm estruturas para estarem presos, porém, não estão a ser utilizadas. Quis saber o porquê de estar a acontecer aquela situação, até porque pode ser perigoso para o trânsito e, para além disso, não é uma imagem nada bonita do Concelho.----------
Disse ter tido conhecimento que para frequentar o ginásio municipal é necessário pagar

uma anuidade. Quis saber se é verdade e o porquê de terem escolhido aquele modelo e não um modelo semestral.----------
Dirigiu-se ao Senhor Vice-presidente, recordando-o do desafio que lhe lançou na última Assembleia, sobre o levantamento dos valores que o Município despendia com as associações regionais e nacionais e qual o retorno.----------
Por último, recordou que o Plano de Desenvolvimento Estratégico já foi desenvolvido há dois anos, pelo que gostaria de saber qual é o ponto da situação e ainda se estará aberto a consulta pública.----------
O Senhor Deputado Municipal Marcelino Piçarra (PSD) corroborou da não satisfação daquela Assembleia por mais uma vez o Executivo deixar arrastar a situação do tribunal.-
Contou que já em dois mil e doze e dois mil e treze disse ao Senhor Presidente Armando Carneiro que via com muita apreensão a acalmia do Executivo ao ver o tempo a passar e tudo a indicar que o tribunal iria encerrar, como encerrou.----------
Corroborou das palavras do Senhor Deputado Municipal Hermínio Albino, quando referiu que é urgente aproveitarem o que foi dito pela Senhora Ministra da Justiça, Dr.ª Francisca Van Dunem, à comunicação social e pedir-lhe uma audiência o quanto antes.-
Sugeriu que o Senhor Presidente da Câmara se cerque de elementos, não só do Executivo, mas também da própria Assembleia, que é o órgão deliberativo e colegial do Concelho para que a Mêda faça ver que tem um tribunal com condições de climatização e de aparcamento subterrâneo, aprofundou que é um tribunal que não tem Trancoso, é um tribunal que não tem Foz Côa e é um tribunal que não tem Penedono. Sublinhou que é um dos tribunais que foi construído mais recentemente e que tem todas as condições de segurança, não só para os Magistrados, mas também para os arguidos.----------
Rememorou que já na sessão da Assembleia Municipal de dezembro de dois mil e catorze chamou a atenção para o estado degradado ou mesmo inoperacional em que se encontravam as bocas-de-incêndio. Expôs que no próximo mês vai ter início a Primavera, esperam-se incêndios que podem não ser apenas florestais mas também fogos urbanos, reiterou e sublinhou a vermelho que as bocas-de-incêndio estão inoperacionais.----------
Disse ter tido conhecimento, ontem, através do Pároco da sua Freguesia, de um aviso sobre subsídios compensatórios para os proprietários que sofreram nos meses de janeiro/fevereiro prejuízos devido aos temporais. Ressaltou que o prazo termina hoje. Perguntou se o prazo não poderá ser alargado, sugerindo que de futuro, a Câmara, não deixe aqueles avisos para o último dia.----------
Por último, recordou que já em fevereiro tinha lançado a questão, pelo que voltava a perguntar se já foram tomadas pelo Executivo medidas de incentivos às PME'S (Pequenas e Médias Empresas) e, em caso afirmativo, se já foi dado conhecimento público desses incentivos.----------
A Senhora Deputada Municipal Lucinda Saldanha (PPM) começou por questionar qual o motivo de não ser dado cumprimento aos números um, cinco e seis do artigo trigésimo do Regimento da Assembleia Municipal de Mêda, o qual refere que a ordem de trabalhos e a documentação deve ser enviada com oito dias de antecedência,

partilhando que recebeu a documentação com apenas quatro dias de antecedência.----
Perguntou qual o motivo pelo qual o Posto de Turismo de Mêda está sempre encerrado aos fins-de-semana, nomeadamente, no Verão e Inverno. Perguntou se estão a pensar abri-lo no próximo Verão.----------
Relativamente ao Posto de Turismo de Marialva mostrou estranheza por ser necessário marcar visitas com vinte e quatro horas de antecedência.----------
Transmitiu que na ata número dez, de vinte e quatro de junho de dois mil e quinze, foi aprovada uma alteração ao mapa de pessoal, por ser necessário criar lugares para dois funcionários para o Espaço do Cidadão. Acentuou que nessa mesma ata é referido que os funcionários ficariam instalados na zona de baixo do Palácio da Justiça, interrogando onde é que estão os funcionários e o que é que estão a fazer. Disse ter conhecimento que os funcionários já fizeram formação no Porto, tendo sido tudo pago pela Câmara, nomeadamente o hotel. Num àparte, referiu que para fazerem a marcação do hotel foi necessário deslocar-se um funcionário com um carro da Câmara ao Porto, quando o poderiam ter feito perfeitamente por telefone ou por internet.----------
A terminar quis saber como é que realmente se escreve "Mêda", uma vez que no Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo surge escrita com acento circunflexo e posteriormente recebeu outro onde "Mêda" surge escrita sem acento circunflexo.------
Sugeriu ao Senhor Presidente da Câmara que contrate um linguista, para que, de uma vez por todas se decida como é que se escreve "Mêda", até porque na qualidade de Professora gostaria de saber para ensinar sempre da mesma forma.----------
O Senhor Presidente em exercício respondeu à Senhora Deputada, que quanto aos prazos para envio da convocatória, o Regimento não é muito claro. Disse ter tomado nota quanto ao envio tardio da Ordem de Trabalhos e irá chamar a atenção aos serviços.-
O Senhor Deputado Municipal João António Zeferino (PSD) no uso da palavra cumprimentou os presentes. Quis deixar uma nota relativamente ao humorista Salvador Martinha. Disse que não gosta, nunca gostou e passou a gostar menos depois da intervenção que fez na RFM sobre a Mêda. Disse ser ouvinte diário do programa da manhã, onde aquele Senhor começou a fazer há cerca de um ano uma rábula sobre vários assuntos. Porém, teve o cuidado de ouvir e voltar a ouvir a rábula que ele fez sobre a Mêda e ele começa por dizer que Marialva tem trinta e cinco pessoas, o que não é verdade; que no restaurante onde estava o multibanco não funcionava. Depois deslocou-se a um multibanco que lhe dizia para se dirigir ao próximo multibanco o qual ficava a sessenta quilómetros, proclamando que estava completamente descontextualizado, ou seja, inverdades atrás de inverdades. Revelou que enquanto cidadão e exercendo o seu direito de cidadania, teve o cuidado de enviar um *e-mail* para o Diretor da RFM insurgindo-se contra a rábula e contra o locutor. Acentuou que o dito humorista, não tendo ficado contente no primeiro dia, veio ao segundo dia com a mesma conversa uma vez que houve muita gente da Mêda que se indignou e encheu a página do *Facebook* daquele humorista com coisas menos agradáveis e com as quais se sentiu bastante incomodado.----------
Chamou a atenção para a Estrada da Fontelonga-Cornalheira que está completamente

degradada.----------
Aludiu à intervenção do Senhor Deputado Municipal Hermínio Albino, esclarecendo que a Lei da vinha surgiu em mil novecentos e trinta e dois, tendo sofrido alterações até aos dias de hoje. Informou que com o novo regulamento comunitário deixa de ser possível transacionar a vinha entre dois titulares, ou seja, o cadastro deixa de pertencer a um contribuinte, ficando associado à terra. A partir de um de janeiro de dois mil e dezasseis deixou de haver transmissão de direitos.----------
Partilhou que a bolsa de cadastros surgiu em mil novecentos e noventa e um, pelo falecido Senhor Horácio Lourenço, intuindo que é do conhecimento de toda a gente que os Organismos Públicos, nomeadamente uma Câmara Municipal, não podem intervir, isto é, não é permitido à Câmara ser titular de vinhas ou de direitos.----------
Falou depois sobre o tribunal e o SAP. Disse que já era tempo de começarem a ouvir dizer que o tribunal irá reabrir, abertura que entroncará com a loja do cidadão, questionando se essa loja do cidadão ainda está de pé, onde é que vai ser instalada e se com a mesma dignidade ou não.----------
A título de informação e relativamente ao aviso sobre as intempéries esclareceu o seu colega de bancada, o Senhor Deputado Marcelino Piçarra, de que o mesmo foi emitido pela Direção Regional da Agricultura do Norte, porém, a Direção Regional da Agricultura do Centro tem as candidaturas ao programa de intempéries aberto até ao dia dez de março.----------
O Senhor Deputado Municipal Hermínio Albino (CDS/PP) no seguimento da intervenção do Senhor Deputado Municipal João Zeferino, disse prestar um esclarecimento. Esclareceu que na sua intervenção não proferiu quaisquer inverdades, até porque nunca mencionou que a Câmara deveria comprar terrenos ou cadastros, asseverando que sabe perfeitamente que, atualmente, o cadastro está associado ao terreno.----------
O Senhor Deputado Municipal Pedro Lourenço (PS) no uso da palavra cumprimentou os presentes. Aludiu à intervenção do Senhor Deputado Hermínio Albino, dizendo-lhe na qualidade de Secretário da Direção do Sporting Clube de Mêda, que as verbas transferidas este ano pela Câmara Municipal de Mêda foram muito menores.----------
Esclareceu que a equipa de juvenis do Sporting Clube de Mêda fez toda a primeira fase do campeonato nacional, porém, para a segunda fase dispunham de apenas treze atletas. Todos os jogos iriam ser realizados na zona do Porto, frisando que cada deslocação, incluindo as refeições, ficaria à volta de trezentos euros, declarou ser um valor incomportável para o Sporting Clube de Mêda. Revelou que foram penalizados pela Federação Portuguesa de Futebol com uma multa de trezentos euros, ficando ainda impedidos de competir no campeonato nacional de juvenis por um ano.----------
O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, cumprimentou os presentes, começou por responder às questões colocadas pelo Senhor Deputado Hermínio. Relativamente às empresas e ao emprego jovem, disse ser uma preocupação, não só dos Senhores Deputados, mas também do Executivo. Disse ser fácil ter-se um discurso demagógico, dizerem inclusive que deveriam ter mais empresas e mais emprego para

jovens; porém, na sua opinião deveriam ser os próprios Governos a ter uma visão diferente daquela que têm do Interior e incentivar empresas a virem para o Interior. Disse ter conhecimento de que este Governo está a criar uma unidade de missão com o objetivo de intervir no Interior e talvez, com essa unidade de missão, incentivar as empresas a fixarem-se no Interior.----------

Referiu que, ao contrário do que os Senhores Deputados possam pensar, a Autarquia está atenta e ao mesmo tempo preocupada com esta situação, encontrando-se a aguardar pelo programa Portugal2020, o qual infelizmente tem sido constantemente adiado. Transmitiu que no apoio aos jovens empresários a Câmara não irá disponibilizar dinheiro, mas irá colocar técnicos à disposição para a elaboração de candidaturas. Informou ainda que durante o mês de março irão decorrer sessões de esclarecimento, com o objetivo de ser dado a conhecer os eixos aos quais os interessados se podem candidatar.----------

Sobre o tribunal, respondeu que o encerramento dos serviços contribuiu para uma maior desertificação do Interior e, consequentemente, para o afastamento das empresas. Partilhou que já esteve reunido com a Senhora Ministra da Justiça, tendo-se feito acompanhar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, onde exigiu que o tribunal abra, mas com a condição de ser com todos os serviços que já tinha anteriormente. A Senhora Ministra prometeu que iria abrir o tribunal.----------

O Senhor Deputado Municipal Marcelino Piçarra (PSD) interrompeu o Senhor Presidente da Câmara para lhe sugerir que divulgasse no Concelho, junto dos seus concidadãos, o que se está a passar relativamente ao tribunal.----------

O Senhor Presidente da Câmara retomou o uso da palavra, dizendo que, tal como o Senhor Deputado Marcelino Piçarra referiu na sua intervenção, a Senhora Ministra conhece bem a realidade do nosso tribunal. Sabe que é um tribunal com todas as condições e inclusive foi organizado pelo Gabinete Jurídico da Autarquia um dossiê composto por mais de cem páginas, que foi entregue à Senhora Ministra, para que esta tenha um conhecimento mais realista do tribunal.----------

Informou que também já estiveram reunidos com o Senhor Secretário de Estado do Ambiente e esperam ser recebidos pelo Senhor Secretário de Estado da Saúde, para falarem sobre o SAP.----------

Sobre o entulho que se encontra nas entradas e saídas da cidade, disse já terem sido alertados pelos técnicos da autarquia para essa situação e irão proceder á sensibilização dos empreiteiros para que não continuem ao proceder ao vazamento do entulho nos acessos à cidade.----------

Relativamente às verbas transferidas para o Sporting Clube de Mêda, informou que a Câmara transfere uma verba para apoiar essencialmente a formação. Reiterou que tal como já referiu em reunião de Câmara, orgulham-se de que atualmente a equipa sénior da Mêda seja constituída na sua maioria por jogadores da Mêda.----------

Quanto à equipa de juvenis explicou que fizeram a primeira e a segunda volta. Tiveram o orgulho de jogar contra equipas como o Porto, o Boavista e o Paços de Ferreira, tendo chegado à final com apenas dois pontos, pelo que, entenderam por várias razões

desistir.----------
Relativamente à Casa do Futebol Clube do Porto, na sua opinião os apoios terão que ser revistos.----------
Relativamente à questão que o Senhor Deputado Filipe Rebelo colocou sobre os *outdoor* nas rotundas, considerou que a mesma é pertinente, pelo que irão estar mais atentos. Quanto aos contentores, informou de que já estão a ser colocados com um resguardo para que haja uma maior segurança.----------
Para responder à questão colocada pelo Senhor Deputado Filipe Rebelo sobre o ginásio, passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente.----------
O Senhor Vice-Presidente, no uso da palavra, cumprimentou os presentes e informou que há várias formas de pagamento para a utilização do ginásio. Há a mensalidade, que é calculada pelo ano inteiro e depois dividida. Existe também cartões de acesso, que têm a validade de seis meses e há ainda a possibilidade de comprar aulas normais.----------
O Senhor Presidente da Câmara retomou o uso da palavra, informando que já lhe foi enviado um Plano de Desenvolvimento Estratégico, faltando apenas a conclusão. Para responder ao Senhor Deputado Marcelino Piçarra sobre as bocas-de-incêndio passou a palavra ao Senhor Vereador Paulo Amaral.----------
O Senhor Vereador Paulo Amaral, no uso da palavra, cumprimentou os presentes e disse que relativamente às bocas-de-incêndio já deu instruções aos serviços no sentido de ser feita a georreferenciação de todas as bocas-de-incêndio a nível do Concelho.-----
O Senhor Presidente da Câmara explicou ao Senhor Deputado Marcelino Piçarra que apenas receberam a informação da Direção Regional da Agricultura do Norte na passada quinta-feira, tendo tido o cuidado de a enviarem o mais rápido possível, para que os Senhores Padres a pudessem ler nas missas de sábado e domingo.----------
Quanto aos Postos de Turismo, respondeu à Senhora Deputada Municipal Lucinda Saldanha que no verão o Posto de Turismo da Mêda irá estar aberto durante todo o dia.-
Mostrou estranheza quanto ao Posto de Turismo de Marialva, uma vez que não tem conhecimento de que seja necessário fazer qualquer marcação para visitar o castelo.---
Relativamente à loja do cidadão, explicou que uma vez que o tribunal vai reabrir acham que o melhor local para abrirem a Loja e o Espaço do Cidadão, até para dar uma certa dignidade aos serviços, é o rés-do-chão do tribunal. Alongou que a Loja e o Espaço do Cidadão, possivelmente, irão abrir provisoriamente para a semana no Edifício Conde Ferreira.----------
Sobre a estrada Fontelonga-Cornalheira, respondeu ao Senhor Deputado João Zeferino que já no ano passado foi alvo de uma pequena intervenção, mas agora encontra-se bastante degradada. Disse que estão à espera que o tempo melhore para, a nível do alcatrão fazerem nova intervenção.----------
O Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo (PSD) recordou ao Senhor Vice-Presidente que na última sessão da Assembleia Municipal lhe lançou um desafio. Pediu-lhe que fizesse um apanhado do montante que é pago anualmente pela Câmara Municipal às associações, sendo que até agora o Senhor Vice-Presidente ainda não lhe respondeu.---
O Senhor Vice-Presidente respondeu ao Senhor Deputado que ainda não foi feito esse

levantamento.----------
Aproveitou para pedir à Senhora Deputada Lucinda Saldanha para reparar que no Orçamento Participativo, a palavra "Mêda" já aparece com acento circunflexo.----------
----------**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** ----------
O Senhor Presidente em exercício, seguidamente, declarou aberto o Período da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, que tinha para discussão e votação os seguintes pontos:----------
PONTO 1 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, *ao abrigo da alínea c), do n.º2, do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), publicado em anexo I à lei n.º75/2013, de 12 de setembro;*----------
PONTO 2 – Apreciação e votação da PROPOSTA N.º 14/2016 – Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Mêda;----------
PONTO 3 – Apreciação e votação do pedido de declaração de Relevante Interesse Público (RIP) para ação em REN da obra REQUALIFICAÇÃO DO CAMINHO RURAL EN 324 – SAPAREJO;----------
PONTO 4 – Para conhecimento o Relatório de Atividades do ano de 2015 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mêda, remetido pela respetiva Presidente à Assembleia Municipal de Mêda, ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 32º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro;----------
PONTO 5 – Para conhecimento Declaração dos Compromissos Plurianuais;----------
PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, *ao abrigo da alínea c), do n.º2, do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), publicado em anexo I à lei n.º75/2013, de 12 de setembro;*----------
(O documento foi previamente distribuído aos Senhores Deputados) ----------
O Senhor Deputado Municipal Cláudio Rebelo (PS), no uso da palavra, cumprimentou os presentes e solicitou ao Senhor Presidente que informasse aquela Assembleia sobre o que é que passa na CIM.----------
A Senhora Deputada Municipal Lucinda Saldanha (PPM) transmitiu que na sequência da informação dada pelo setor jurídico, há um processo que lhe desperta uma certa curiosidade pelo seu défice de esclarecimento, no que concerne à responsabilidade de que a mesma se reveste. Referia-se à ação de impugnação judicial e vicissitude de despedimento, cujo autor é uma ex-funcionária da ADL- Águas de Longroiva, Exploração e Gestão de Águas Termais, E.M, o mesmo será dizer o Município.----------
Prosseguiu, dizendo que o Gabinete Jurídico da Câmara informa que o Município vai interpor recurso para o Tribunal da Relação de Coimbra, o que em linguagem comum é o mesmo que dizer que a Câmara perdeu este processo.----------
Assim e no sentido de prestar esclarecimento cabal a este órgão, inquiriu qual foi o resultado que ditou a sentença; quem acompanhou o processo que desembocou naquele resultado; porque não chegou o Executivo Camarário a um acordo de resolução consensual entre as partes e porque não foram assacadas responsabilidades a quem de direito pelo péssimo desempenho que se traduz em prejuízos para a Autarquia.----------
Intuiu que mais uma vez terão que concluir pela grande falta de responsabilidade deste

Executivo na gestão de dinheiros públicos.----------
O Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo (PSD) solicitou ao Senhor Presidente que, de uma vez por todas, esclarecesse a questão das bolsas de terra.----------
O Senhor Deputado Municipal Luís Saraiva (CDS/PP), no seguimento da intervenção da Senhora Deputada Municipal Lucinda Saldanha, perguntou qual era o valor inicial da ação ou do pedido.----------
O Senhor Deputado Municipal Hermínio Albino (CDS/PP) quis reforçar o que acabou de referir a Senhora Deputada Municipal Lucinda Saldanha e o seu colega, de bancada o Senhor Deputado Municipal Luís Saraiva.----------
Em relação ao processo da cidadã Susana Morgado, começou por fazer uma resenha muito rápida. Contou que foi despedida, supostamente, por ter cometido atos ilícitos. Na altura, o Senhor Presidente da Câmara era Vereador, o processo foi anulado por substituição do Juiz e no julgamento que decorreu no mês de fevereiro de dois mil e quinze, o advogado da Câmara e as testemunhas faltaram todas, o que considerou de muito estranho. Contou que estiveram presentes nesse julgamento o advogado da arguida e as testemunhas da mesma, que são nada menos que a Dr.ª Luísa Peneda, Assessora Jurídica desta Autarquia e que na sua modesta opinião deveria estar era a defender os interesses da Câmara, mas ainda mais grave é o facto de também o Senhor Vereador Paulo Amaral ser testemunha da arguida, quando foi eleito pela população para defender o Executivo e agora pertencendo ao Executivo, sendo parceiro nesta coligação *sui generis*, deveria também estar a defender o Executivo. Intuiu que talvez estas duas pessoas tenham até ajudado a condenar a Câmara.----------
Seguidamente, criticou a expressão que o Senhor Presidente utilizou na ata da reunião do Executivo e que passou a ler "(...) foram cerca (...)", sublinhando ser estranho o Senhor Presidente da Câmara não ter referido o valor exato pago pela Câmara à D. Susana Morgado.----------
Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se não estará a atirar este assunto para o futuro Executivo, já a contar que não será ele a pagar.----------
Tendo em conta tudo o que acabou de referir, considerou haver ali uma certa displicência face à defesa do interesse público.----------
Continuou, dizendo ter tido conhecimento de um acordo entre a Câmara e a D. Susana Morgado no valor de quinze mil euros e que não foi aceite pelo Senhor Presidente. Apelou aos Senhores Vereadores da oposição para terem tudo aquilo em consideração, sugerindo que façam queixas em instâncias próprias, até porque é uma situação que considera grave.----------
Pediu ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer aquela Assembleia quanto ao assunto da empresária D. Carla Rodrigues.----------
Perguntou também em que situação se encontra o processo do restaurante do mercado, alugado pelo Senhor Gilberto Cruz.----------
Por último, disse que consta da informação do Senhor Presidente da Câmara um valor de trezentos e quarenta e oito mil, novecentos e treze euros e trinta e três cêntimos, referente à mobilidade urbana na zona envolvente ao Pólo Termal de Longroiva

realizados pela empresa Gualdins Anciães, pelo que pediu ao Senhor Presidente para explicar a que é que se refere aquele valor e ainda o que é que são os trabalhos a mais para essa mesma empresa, no valor de setenta e seis mil, seiscentos e oitenta e três euros.----------

O Senhor Presidente da Câmara começou por falar no caso da ex-funcionária da ADL, a D. Susana Morgado. Afirmou não ter sido verdade que houve um acordo, o qual não aceitou, asseverando que se houve alguém que tentou chegar a um acordo foi ele. -----

Fez uma resenha do processo. Disse que em dois mil e doze foi instaurado à D. Susana Morgado pela empresa ADL- Águas de Longroiva, Exploração e Gestão de Águas Termais, E.M., um processo disciplinar com despedimento por justa causa. ----------

Foi convidado pela Administração da empresa como advogado o Dr. Jorge Lameirinhas.-

Em junho de dois mil e doze a D. Susana Morgado apresentou contestação. Foram feitas várias audiências, sendo que as notificações foram sempre dirigida à empresa, ao advogado e à Administração da empresa, nunca à Câmara. Disse ter convocado, já na qualidade de Presidente da Câmara, o advogado da D. Susana Morgado com o objetivo de chegarem a um acordo. Foi proposto, na altura, um valor, o qual a Câmara estava na disposição de aceitar. ----------

Porém, em fevereiro de dois mil e quinze o mandatário da ADL- Águas de Longroiva, Exploração e Gestão de Águas Termais, E.M, faltou a uma audiência não tendo sido gravada a prova. Em junho de dois mil e quinze aquando da extinção da empresa e após comunicação ao Juiz, é que a Câmara foi notificada se pretendia continuar com o advogado. ----------

Em junho de dois mil e quinze a Câmara indicou como advogada do processo a Dr.ª Carla Sequeira. ----------

No dia vinte e nove de setembro de dois mil e quinze, na continuação da audiência, foram ouvidas as testemunhas da autora D. Susana Morgado, nomeadamente a D. Maria da Conceição entre outras.----------

Em vinte e oito de outubro de dois mil e quinze foi concluída a audiência.----------

A quatro de janeiro de dois mil e dezasseis foi o Município notificado da sentença, na qual foi condenado a pagar o montante de cento e catorze mil, setecentos e setenta e três euros e vinte e quatro cêntimos.----------

O Senhor Deputado Municipal Luís Saraiva (CDS/PP) perguntou quanto é que a autora tinha pedido inicialmente.----------

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que o pedido inicial feito pela autora andava á volta dos vinte e poucos mil euros.----------

O Senhor Deputado Municipal Luís Saraiva (CDS/PP) disse estar perplexo, questionando como é que se passou de vinte e poucos mil euros para cento e catorze mil.----------

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que essa disparidade de valores se deve ao facto de não ter havido contraditório. Reiterou que não apareceu, nem o advogado da empresa, nem as testemunhas.----------

O Senhor Deputado Municipal Hermínio Albino (CDS/PP) exigiu que sejam apuradas

responsabilidades.----------

O Senhor Presidente da Câmara explicou que o Gabinete Jurídico da Autarquia está a trabalhar no sentido de apurar responsáveis. Informou que a Câmara, para além de estar a apurar responsabilidades, também já interpôs recurso.----------

O Senhor Presidente da Câmara passou a palavra à Dr.ª Luísa Peneda, advogada desta Autarquia, para melhor explicar todo aquele processo.----------

A Senhora Dr.ª Luísa Peneda, no uso da palavra, cumprimentou os presentes, lamentou toda aquela situação, salientando que poderia perfeitamente ter "assobiado" para o lado e fingido que nada tinha acontecido, porém não foi essa a sua posição nem a sua postura.----------

Explicou que a sua intervenção no processo se deve a uma coisa muito simples, que é o facto de conhecer a D. Susana Morgado, é mais ou menos da sua idade e faz parte do seu relacionamento.----------

Contou que quando foi colocado um processo disciplinar à D. Susana Morgado, teve conhecimento do mesmo através da própria. ----------

Garantiu nunca ter visto nada do processo disciplinar, uma vez que a D. Susana Morgado estava representada por advogado, estando o processo a correr todos os trâmites legais. Partilhou terem conversado sobre a situação, mas nada em profundidade, ou pelo menos em sentido técnico.----------

Prosseguiu, dizendo que quando a D. Susana recebe a comunicação a efetivar o despedimento, esteve ao lado dela tendo visto a carta de despedimento. Passado uns tempos a D. Susana ligou-lhe a dizer que precisava que ela interviesse no processo, já que foram as únicas a ver a carta e os dizeres da mesma. Transmitiu que nessa carta era chamada de mentirosa e a única coisa que lhe pediu foi que fosse dizer a verdade ao processo. Nessa altura explicou à D. Susana que não poderia assumir aquela situação sem antes perguntar ao Executivo. Falou com o Senhor Presidente e com o restante Executivo, tendo inclusive alertado para alguma gravidade no processo e o que lhe foi respondido por parte do Executivo foi que a ADL estava representada.----------

Alongou que já em Tribunal foi-lhe exibida a carta, perguntaram-lhe se era aquela carta que tinha visto ao que respondeu afirmativamente. Perguntaram-lhe também se tinha visto um relatório final ao que respondeu que não. ----------

O Senhor Deputado Municipal Marcelino Piçarra (PSD) dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara, interrogando se lhe sabe dizer ou adivinhar se houve processo disciplinar e se o trabalhador terá sido ou não suspenso. Perguntou de que é que foi acusado o funcionário; se houve inquérito, quem foi o inquiridor; esse inquiridor ouviu testemunhas no processo; a pertença arguida foi ouvida; estava suspensa de funções ou estava a exercer funções e continuou a exercer funções.----------

Prosseguiu, questionando qual foi o montante do qual se apoderou a D. Susana e se houve realmente crime de peculato. Quis saber se depois do inquérito e, mediante provas suficientes e bastantes, continuou a exercer funções, ou se foi despedida. Perguntou ainda se, após o despedimento, a D. Susana se prestou, através do seu advogado a pagar, constituindo esse facto ato voluntário, arrependimento, o que não

leva obrigatoriamente ao despedimento.----------
Destacou que a Câmara recorreu para o Tribunal da Relação, pelo que aguardam com expectativa o que é que o Tribunal irá dizer.----------
O Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo (PSD) referiu que na política não vale tudo, nem pode valer tudo. Expressou que estarem a transformar um caso judicial, que está entregue aos Tribunais, num caso politico, não é certo e é feio.----------
Partilhou que, da experiência judicial que tem e na sua opinião, uma testemunha é arrolada por qualquer uma das partes e é obrigada a dizer a verdade e nada mais que a verdade. Mas como poderia estar enganado, solicitou ao Senhor Presidente para que pedisse a alguém do Gabinete Jurídico da Autarquia que fosse ali explicar qual é o papel das testemunhas, até porque a forma inusitada como o Senhor Deputado Hermínio Albino, na sua intervenção, referiu que as testemunhas ajudaram a condenar a Câmara, é inadmissível. São declarações que, na sua opinião, são feias e são maldosas. Entende que, no limiar, deve aquela Assembleia pedir ao Senhor Deputado Hermínio Albino que se retrate delas.----------
O Senhor Deputado Municipal Hermínio Albino (CDS/PP), no uso da palavra, para defesa de honra. Reiterou que, na sua opinião, o papel das testemunhas é defenderem o Executivo, uma vez que são pessoas que estão ligadas ao mesmo e que estão a exercer funções na Autarquia. E apesar de não ser especialista na matéria, entende que as testemunhas dizem o que querem.----------
A Senhora Dr.ª Luísa Peneda, de novo no uso da palavra e uma vez que é visada no processo, explicou ao Senhor Deputado Hermínio Albino que as testemunhas não dizem o que querem, até porque a falta à verdade tem consequências para a própria testemunha.----------
Reiterou que a única intervenção que teve no processo foi confirmar a carta de despedimento da D. Susana Morgado, salientando que não o fez sem antes ter dado conhecimento à entidade patronal para a qual prestava serviços, isto é, a Câmara Municipal de Mêda e, de certa forma, ter a anuência da Câmara para intervir no processo. Considerou que a sua intervenção no processo nunca colocou em causa as obrigações que tem para com a Câmara Municipal.----------
Dirigiu-se ao Senhor Deputado Municipal Marcelino Piçarra, dizendo-lhe que apenas teve um conhecimento mais profundo do processo agora. Expôs que um processo disciplinar nunca é imparcial. É um processo levantado pela entidade empregadora com um fim, acrescentando que o instrutor do processo disciplinar foi o Dr. Jorge Lameirinhas.----------
O Senhor Deputado Municipal Marcelino Piçarra (PSD), de novo no uso da palavra, aludiu à intervenção do Senhor Deputado Municipal Luís Saraiva, quando perguntou como é que se passou de vinte e poucos mil euros para cento e tal mil, solicitando à Senhora Dr.ª Luísa Peneda para lhe explicar esses valores.----------
A Senhora Dr.ª Luísa Peneda esclareceu que uma coisa era o montante que estava em causa no ilícito, ou seja, nas contas feitas pela empresa ADL, outra coisa completamente diferente é o valor da condenação. Explicou que o valor da condenação resulta da

ilicitude do despedimento e de créditos laborais, ou seja créditos e indeminizações. Aprofundou que os créditos laborais são sempre devidos independentemente da forma como o contrato cessa, já as indeminizações apenas são devidas em certas e determinadas situações, isto é, quando realmente existem ilicitudes e o que o Tribunal decidiu foi que o despedimento foi ilegal, logo, o trabalhador tem direito a receber uma série de montantes e são esses montantes que perfazem o valor de cento e catorze mil euros.----------

O Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo (PSD) questionou qual é o papel das testemunhas no processo.----------

A Senhora Dr.ª Luísa Peneda respondeu que, em princípio, será relatar e dizer a verdade daquilo que se passou.----------

Resumiu que aquele é um processo *sui generis*, já que sem contraditório e sem oposição torna-se mais complicado.----------

O Senhor Vereador António César, no uso da palavra, cumprimentou os presentes, disse que é um assunto demasiado grave para não pedir a palavra, até porque existem outros assuntos sobre ao quais gostaria de falar, porém, irá falar concretamente sobre este assunto.----------

Proclamou que o que se estava ali a passar era uma aberração, já que o testemunho que estavam a ouvir era da Dr.ª Luísa Peneda, que é avençada da Câmara e que também testemunhou como testemunha abonatória da D. Susana Morgado. Lamentou o facto de não estarem a ouvir a Dr.ª Carla Sequeira, que foi advogada da Câmara no processo.-

Asseverou que enquanto Vereadores da Oposição o Senhor Presidente da Câmara tem--lhes sonegado informação, nomeadamente as cartas que recebe, dando como exemplo a sentença do Tribunal acerca deste processo. Contou que no início do ano interrogaram o Senhor Presidente se tinha recebido alguma coisa referente ao processo, ao que respondeu que na altura que não tinham recebido nada. Passados uns dias e tendo os Senhores Vereadores voltado a questionar, afinal já tinha recebido.----------

Concordou com a intervenção do Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo quando referiu que aquilo não é uma questão política, porém e na sua opinião é uma questão criminal e ética.----------

Disse não perceber como é que a Câmara permite que uma avençada, que é paga pela Câmara, testemunhe contra a Câmara. Revelou que as testemunhas podem sempre prescindir da palavra por incompatibilidade de serviço, sugerindo que a Senhora Dr.ª Luísa Peneda deveria ter pedido ao Senhor Presidente para prescindir de ser avençada da Câmara, uma vez que moralmente pretendia ter a atitude de defender. ----------

Acrescentou que mais grave que a situação da Dr.ª Luísa Peneda é a posição política do Senhor Vereador Paulo Amaral, a qual designou de aberrante e vergonhosa. Reiterou ser uma vergonha um membro eleito para defender os interesses da Câmara ir testemunhar a favor da D. Susana Morgado, quando podia perfeitamente prescindir da palavra.----------

Por último, falou da atitude do Senhor Presidente da Câmara, ao acusar de que foram

sempre os Administradores da ADL, que foi o advogado o Dr. Lameirinhas, proclamando que se esquece que a "mãe" da ADL é a Câmara.----------

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, quis deixar bem claro que na altura da instauração do processo disciplinar à D. Susana Morgado, a Administração da ADL tinha toda a autonomia.----------

O Senhor Vereador Paulo Amaral, no uso da palavra, cumprimentou os presentes, considerou haver ali um desassossego muito grande relativamente àquele assunto. Mas uma vez que foi efetivado o seu nome, quis falar em defesa de honra. ----------

Esclareceu que em dois mil e doze foi testemunha no processo de inquérito da D. Susana Morgado, tendo sido ouvido pelo Senhor Dr.º Jorge Lameirinhas. Posteriormente o processo corre para Tribunal, tendo sido efetivado como testemunha, frisando que não tem culpa que ao chegarem a dois mil e quinze a Câmara não tenha nomeado representantes. Asseverou e proclamou que não foi o testemunho dele ou de qualquer outra testemunha que fez disparar os valores.----------

Recordou ao Senhor Vereador António César que numa reunião de Câmara onde foi ouvida a Dr.ª Carla Sequeira acerca deste processo, perguntou se poderia ter prescindido de ser testemunha, ao que ela respondeu na altura que não. Partilhou que nessa mesma reunião de Câmara deixou vinculado em ata que a Câmara deveria recorrer e responsabilizar civil e criminalmente o Conselho de Administração da ADL.---

O Senhor Presidente da Câmara retomou a sua intervenção, para dizer ao Senhor Deputado Municipal Cláudio Rebelo que concorda com a sugestão que ele fez de introduzir na Informação do Senhor Presidente da Câmara informações sobre a CIM.----

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado Hermínio Albino sobre o caso do Senhor Gilberto Cruz, respondeu que foram feitos todos os procedimentos, tendo sido notificado.----------

Sobre o caso da D. Carla Rodrigues, disse que esse assunto já foi discutido com a própria em reunião de Câmara.----------

PONTO 2 – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA N.º 14/2016 – PROJETO DE REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE MÊDA, a qual se anexa à presente ata como anexo n.º 1 e dela faz parte integrante.----------

O Senhor Presidente da Câmara explicou que o projeto esteve em consulta pública durante trinta dias. Reuniram os vários líderes de bancada, tendo apresentado as suas sugestões. De seguida passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente.----------

O Senhor Vice-Presidente disse que pouco mais tinha a acrescentar ao que foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara. Apenas reforçou que terminado o prazo para consulta pública, foram apresentadas pelos vários líderes de bancada várias propostas de alteração, as quais se encontram vertidas na presente proposta.----------

O Senhor Deputado Municipal Cláudio Rebelo (PS) começou por lamentar o facto de o Senhor Deputado Municipal Fernando Jesus não estar presente, uma vez que lhe queria dizer que não existe abandono escolar na Mêda, tão pouco existe absentismo.----------

Relativamente ao Orçamento Participativo, congratulou, na pessoa do Senhor Vice-Presidente, o facto de ter convidado as quatro bancadas a participar na elaboração

daquele Orçamento.----------
Revelou ter uma mágoa, uma vez que sempre defendeu que aquele Orçamento Participativo deveria envolver toda a comunidade, ou seja, para além das pessoas que residem no Concelho, envolver também os nossos emigrantes. Gostaria que este Orçamento envolvesse também a comunidade escolar, sobretudo os alunos do secundário. Disse ter feito todas aquelas sugestões aquando da reunião de líderes, as quais não foram aceites, mas queria deixar ali um pouco do que foi a sua intervenção.--
Almejou que para o ano haja também um Orçamento Participativo, sugerindo que o mesmo disponha de uma quota para a juventude.----------
A terminar, disse que no computo geral é um bom orçamento.----------
A Senhora Deputada Municipal Lucinda Saldanha (PPM) partilhou com aquela Assembleia que, aquando da discussão pública do Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo, também ela deu o seu contributo.----------
No artigo quarto, o qual limitava a apresentação de propostas, ou seja, só poderiam ser apresentadas propostas relativamente a obras, construção, arruamentos, conservação de jardins e parques infantis, o mesmo foi alterado por sugestão sua.----------
No artigo sétimo estava prevista uma coordenação política e uma coordenação técnica, tendo sugerido que fosse retirada a coordenação política, a qual foi aceite.----------
No artigo oitavo eram apresentados alguns ciclos, porém, não era apresentado o cronograma do Orçamento Participativo, o qual, por sugestão sua, também foi alterado.- Introduziu que uma proposta que também foi apresentada por si mas que não foi aceite, foi a limitação do montante das propostas apresentadas para vinte e cinco mil euros em vez dos cinquenta mil.----------
Acrescentou que o atual Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo refere no seu artigo décimo quinto, número três, "*cada cidadão tem direito a três votos*" o que não era referido na proposta inicial. Na sua opinião cada cidadão deveria estudar e analisar as propostas que são apresentadas e escolher apenas uma.----------
O Senhor Deputado Municipal Filipe Rebelo (PSD) saudou a execução daquele Orçamento Participativo. Disse que é algo pelo qual, tanto ele como a bancada do PSD, se têm debatido desde o início do mandato.----------
Salientou que foi um documento aprovado por unanimidade em reunião de Executivo, coisa rara de ser vista. ----------
Acrescentou que também ele sugeriu que no artigo quarto as propostas fossem abertas a todas as áreas e não cingir apenas a obras, construção, arruamentos, etc..----------
Partilhou que não concorda com a proposta dos três votos por pessoa, a qual considera que não faz sentido, até porque, diz a democracia que uma pessoa tem direito a apenas um voto e estarem a dar a possibilidade de uma pessoa votar três vezes é subverter-se àquilo que é a regra da democracia.----------
O Senhor Deputado Municipal Hermínio Albino (CDS/PP) quis dizer apenas três palavras, peca por tardio.----------
O Senhor Vice-Presidente, no uso da palavra para responder aos Senhores Deputados.- Concordou com a sugestão do Senhor Deputado Municipal Cláudio Rebelo de se

envolver na elaboração do Orçamento Participativo a comunidade emigrante e a comunidade escolar.----------
Relativamente aos três votos por pessoa, explicou que não foi debatido na reunião que tiveram com os líderes de bancada, porque foi uma informação que surgiu posteriormente e que tem a ver com a Comunidade Portugal Participar, ou seja, é uma das boas regras por eles aplicada. Explicou que o objetivo dos três votos é não haver um único projeto a ganhar.----------
O Senhor Presidente em exercício, dado que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a **Proposta N.º 17/2016**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade e por minuta** com os **votos a favor** do PS; CDS/PP; PPM; PSD; quatro (4) Deputados Municipais IND;----------
Passaram de seguida ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.----------
PONTO 3 – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO (RIP) PARA AÇÃO EM REN DA OBRA REQUALIFICAÇÃO DO CAMINHO RURAL EN 324 – SAPAREJO; a qual se anexa à presente ata como anexo n.º 2 e dela faz parte integrante ----------
O Senhor Presidente em exercício dado que ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação o **Ponto três**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade e por minuta** com os **votos a favor** do PS; CDS/PP; PPM; PSD; quatro (4) Deputados Municipais IND;----------
Passaram de seguida ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.----------
PONTO 4 – PARA CONHECIMENTO O RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2015 DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE MÊDA, REMETIDO PELA RESPETIVA PRESIDENTE À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MÊDA, *AO ABRIGO DO DISPOSTO NO Nº 2 DO ARTIGO 32º DA LEI N.º 147/99, DE 1 DE SETEMBRO*; o qual se anexa à presente ata como anexo n.º 3 e dela faz parte integrante.----------
A Senhora Deputada Municipal Lucinda Saldanha (PPM) partilhou que é obrigatório apresentar à Assembleia Municipal o Relatório da CPCJ e posteriormente ser enviado à Comissão Nacional.----------
Tomou conhecimento que no nosso Concelho estão a ser acompanhados vinte jovens oriundos de diferentes comunidades e que a Comissão Alargada reuniu uma vez em dois mil e quinze.----------
Contou que a CPCJ de Mêda existe desde dois mil e três, tendo sido criada pela lei número cento e quarenta e sete de mil novecentos e noventa e nove, de um de setembro. Desde então a Lei já sofreu três alterações, tendo sido a última em oito de setembro de dois mil e quinze, a qual veio alterar alguns dados, nomeadamente, a duração dos mandatos. Assim, chamou a atenção do Executivo para verificar se os elementos que fazem parte da Comissão estão a cumprir a Lei.----------
Explicou que a lei anterior previa uma duração dos mandatos de seis anos, atualmente a Lei prevê uma duração de nove, à exceção do presidente. Tem conhecimento que alguns elementos da CPCJ já fazem parte dela desde dois mil e três, pelo que, há muito que foram ultrapassados os seis e os nove anos.----------

O Senhor Deputado Municipal Cláudio Rebelo (PS) informou que a duração dos mandatos apenas está a ser cumprida nas quatro CPCJ'S de Lisboa.----------
Sublinhou que já alertou o Senhor Presidente da Câmara, ainda enquanto Vereador, no anterior mandato, de que a Mêda tem essa situação.----------
Realçou que muitas vezes não é dado o verdadeiro valor ao que as CPCJ'S fazem, apenas se questiona quando surgem notícias, como foi agora o caso de Caxias. ----------
A Assembleia tomou conhecimento do Relatório de Atividades do ano de 2015 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mêda.----------
PONTO 5 - PARA CONHECIMENTO A DECLARAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS, a qual se anexa à presente ata como anexo n.º 4 e dela faz parte integrante.----------
O Senhor Deputado Municipal João Zeferino (PSD) recordou que já há dois anos chamou a atenção para os gráficos das alterações orçamentais aquando das eleições, enfatizando que a prova provada estava ali.----------
Chamou a atenção dos Senhores Deputados para o facto de no ano de dois mil e dezassete haver um aumento superior a trinta e sete por cento e no ano de dois mil e dezoito regressar aos mesmos valores que em dois mil e dezasseis. A terminar, disse poder ser apenas uma coincidência.----------
O Senhor Deputado Hermínio Albino (CDS/PP) disse estar a gostar da intervenção que o Senhor Deputado João Zeferino estava a fazer.----------
Chamou a atenção para o facto de o Senhor Presidente ter técnicos na Câmara que podem tratar devidamente aquelas contas, porém, optou por contratualizar um Técnico Oficial de Contas ao exterior, intuindo que estará a ser pago a peso de ouro.----------
A Senhora Deputada Municipal Lucinda Saldanha (PPM) relativamente à Declaração de Compromissos Plurianuais, reforçou que as verbas em dois mil e dezasseis correspondem a um valor de setecentos e trinta mil euros. Em dois mil e dezassete passam para um milhão e quarenta e três mil euros, isto é, sofrem um aumento de mais de trezentos e treze mil euros, indagando porque será.----------
A Assembleia tomou conhecimento da Declaração dos Compromissos Plurianuais.-------
Nada mais havendo a tratar às doze horas e trinta e seis minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício declarou encerrada a Sessão.----------
Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes na Sessão e por mim, Susana Maria Borrego Silva, Assistente Técnica do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que secretariei.----------

João Paulo Pereira Gomes Amaral Gomes

António José Dias do Amaral Gomes

Susana Maria Borrego Silva